

3 - A GESTÃO CONTÁBIL NA ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DA EMPRESA

*CAMPANHOL, Edna Maria - campanholi@zipmail.com.br

**SMITH, Marinês Santana Justo

Resumo:

Em face da atual conjuntura de abertura dos mercados as empresas devem estar preparadas para a competição em escala mundial. Um dos aspectos dessa preparação é a habilitação gerencial. Há muitos interferentes na cadeia de valores que contribuem para que a empresa obtenha vantagem competitiva no mercado internacional, no entanto, muitos teóricos da administração têm reconhecido que a informação financeira e econômica continua sendo o elemento básico na estratégia internacional da empresa. A partir da constatação de que na cidade industrial de Franca, exportadora de calçados, há o desconhecimento das normas internacionais na elaboração de relatórios básicos para gerência no que tange a transparência e comparabilidade nos negócios internacionais, o objetivo desse trabalho é mostrar a importância dessa infra-estrutura para a empresa moderna. Para tanto mostrar-se-á as políticas contábeis no Brasil e os estudos sobre a informação contábil na economia global. Serão demonstradas algumas diferenças na forma de registros no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade, pois as mesmas afetam resultados, leituras e interpretações dos relatórios e, conseqüentemente, isso interfere na obtenção de vantagens às empresas que visam atingir o mercado internacional.

Área Temática – Estratégias internacionais de empresas brasileiras

Palavras-chave: informação contábil – estratégia internacional – normas internacionais de contabilidade

A gestão contábil na estratégia internacional da empresa

* Profa. Dra. do Programa de Mestrado da FACEF-Franca.

** Profa. Mestre da FACEF-Franca

Resumo:

Em face da atual conjuntura de abertura dos mercados as empresas devem estar preparadas para a competição em escala mundial. Um dos aspectos dessa preparação é a habilitação gerencial. Há muitos interferentes na cadeia de valores que contribuem para que a empresa obtenha vantagem competitiva no mercado internacional, no entanto, muitos teóricos da administração têm reconhecido que a informação financeira e econômica continua sendo o elemento básico na estratégia internacional da empresa. A partir da constatação de que na cidade industrial de Franca, exportadora de calçados, há o desconhecimento das normas internacionais na elaboração de relatórios básicos para gerência no que tange a transparência e comparabilidade nos negócios internacionais, o objetivo desse trabalho é mostrar a importância dessa infra-estrutura para a empresa moderna. Para tanto mostrar-se-á as políticas contábeis no Brasil e os estudos sobre a informação contábil na economia global. Serão demonstradas algumas diferenças na forma de registros no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade, pois as mesmas afetam resultados, leituras e interpretações dos relatórios e, conseqüentemente, isso interfere na obtenção de vantagens às empresas que visam atingir o mercado internacional.

Área Temática – Estratégias internacionais de empresas brasileiras

Palavras-chave: informação contábil – estratégia internacional – normas internacionais de contabilidade

No atual conjuntura competitiva, a estratégia internacional da empresa é uma das estratégias chave para a competição com êxito. As condições enfrentadas pelas empresas têm sofrido alterações e, conseqüentemente, suas estratégias devem adaptar-se a essas mudanças. Muitos fatores têm impulsionado o desenvolvimento das empresas tanto no contexto nacional quanto no internacional – a globalização dos mercados, a criação de áreas de livre comércio, a melhora dos sistemas de informação, a estabilidade dos tipos de câmbio, uma certa homogeneização de preferências e de estilos de vida, a redução dos custos de transportes e comunicação e o incremento de muitas indústrias competitivas no mercado. Independentemente do tamanho da empresa ou de seu reduzido mercado, é válido afirmar que não deixará de ser submetida à concorrência internacional. Todas as empresas sofrem a pressão de duas forças – abertura global dos mercados e o aumento da concorrência internacional.

Kaplan e Norton¹, desconfiados de que os indicadores contábeis e financeiros estavam se tornando obsoletos e prejudicavam a capacidade das empresas de criar valor econômico para o futuro e para a competição no mercado, apresentaram o *balanced scorecard*, instrumento de comunicação das estratégias da empresas. O instrumental foi organizado em torno de quatro perspectivas distintas – a financeira, a do cliente, a interna e a da inovação e aprendizado. Ele “continua enfatizando os objetivos financeiros, mas também inclui os vetores de desempenho desses objetivos”.

A crítica ao modelo contábil tradicional é feita pelos autores referidos em função de normas desenvolvidas para um ambiente de transações isoladas entre entidades independentes. No entanto, reconhecem que para a elaboração de um bom instrumento de gerência estratégica é preciso preservar as medidas financeiras tradicionais². Isso é possível pela elaboração de relatórios construídos segundo normas reconhecidamente válidas para uma ambiente de mercado aberto.

Além dos relatórios exigidos por normas legais é necessário que a empresa forneça maiores informações sobre planos, oportunidades, riscos e incertezas; concentre-se mais nos fatores que criam valor a longo prazo, dentre os quais as medidas não-financeiras que indicam como os processos-chave da empresa estão se desempenhando e, por fim, alinhar melhor as informações

¹ KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. A estratégia em ação. *Balanced Scorecard*. RJ. Campus, 1997.

² Idem, *ibidem*, p. 8

reportadas externamente com as informações internas na gestão dos negócios³. O diretor financeiro e/ou diretor de contabilidade que alcançaram suas posições devido à sua capacidade de administrar um sistema financeiro rigoroso, disciplinado e focalizado podem ter dificuldades em administrar uma nova estratégia para a empresa.

As práticas empresariais observadas sob o enfoque da estratégia empresarial proposta por Kaplan e Norton, mostram que as empresas brasileiras e, mais especificamente, as indústrias de Franca, têm um longo caminho a percorrer. Quanto aos processos internos a serem revistos incluem a leitura e elaboração de relatórios, que imperiosamente, afetam as medidas financeiras da empresa. Trata-se de investimento de recursos na infraestrutura da empresa. É a necessidade da habilitação gerencial.

Foram pesquisadas dez empresas em Franca, de grande porte, todas envolvidas com o mercado internacional, no entanto, todas elas afirmam que não elaboram relatórios contábeis segundo as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e, ainda, 50% das empresas não sabiam da existência de tais normas⁴.

Para Porter⁵ a empresa precisa ser entendida em sua cadeia de valores, ou seja, em suas várias atividades diferenciadas, do ponto de vista tecnológico e econômico, que a habilita executar seu negócio com êxito e cria-lhe condições de competir vantajosamente no mercado. É exatamente a estratégia que cria a compatibilidade entre as atividades da empresa e otimiza os elos da cadeia de valores.

O autor identifica nove categorias de atividades de valor na empresa. As *atividades primárias* – parte física, comercialização e entrega do produto e as *atividades de apoio* - os insumos e a infraestrutura.



Esquema da cadeia de valores.⁶

A infraestrutura da empresa abrangendo as funções como gerência geral, assuntos legais e contabilidade sustentam toda a cadeia de valores dentro da empresa⁷. Veja que essa é uma atividade de apoio e, mesmo assim, é de fundamental importância na criação de vantagem competitiva.

A tecnologia da informação foi usada inicialmente para as funções de contabilidade e manutenção de registros e, somente depois, abrangeu todas as áreas da empresa.

O que se pretende destacar nesse artigo é que na atual conjuntura de mercado global não se trata apenas de automatizar atividades burocráticas repetitivas e nem desprezar dados tão importantes como os financeiros. A tecnologia de informação constitui-se em um elemento estratégico na medida em que permite a leitura mundial dos conteúdos que interessam aos investidores, compradores e outros interessados na situação econômico-financeira da empresa. Isso é possível pela aplicação de certas normas de registros dos dados econômicos e financeiros que não distorçam os resultados e sejam inteligíveis no mundo todo.

³ Idem, ibidem, p. 41

⁴ Pesquisa elaborada pelas autoras, através de aplicação de questionário.

⁵ PORTER, Michael E. Competição – on competition: estratégias competitivas essenciais. RJ. Campus. 1999.

⁶ Idem, p. 85

⁷ Idem, ibidem

As empresas nacionais e locais carecem de aplicação de normas capazes de oferecer ao público do mundo a transparência e comparabilidade desejada nos registros e apresentação de relatórios contábeis válidos para o escopo competitivo.

É importante a oportunidade que um Congresso dessa natureza oferece à discussão, entre a comunidade acadêmica e os empresários interessados em sua inserção ou permanência no mercado externo, sobre um dos aspectos da cadeia de valor da empresa – a infraestrutura administrativa – que cria e fortalece as condições de melhor atuação das empresas locais no mercado internacional.

O assunto proposto visa contribuir para que os empresários e profissionais da área contábil-financeira do Brasil, especialmente das cidades do interior dos Estados, estejam preparados para as diferenças no tratamento das informações e os reflexos nos resultados. Assim podem melhor se preparar para competir internacionalmente.

As informações contábeis no Brasil

No Brasil as empresas seguem a Lei 6404/76, de forte influência das normas norte-americanas decorrentes de órgãos como o FASB- Financial Accounting Standard Board e do USGAAP- United States Generally Accepted Accounting Principles.

Além do que grande parte das empresas brasileiras, por serem, em sua maioria, empresas de pequeno porte e familiares, executa apenas a contabilidade fiscal, ou seja, informação para cumprimento das obrigações fiscais e quase não a utiliza no processo administrativo interno⁸.

Para Emerson Kapaz⁹, deputado federal e empresário, é preciso que as empresas brasileiras adotem as Normas Internacionais de Contabilidade na elaboração de seus balanços.

A adoção de tais normas facilita a captação de recursos via mercado de capitais e confere transparência nas informações, o que viabiliza os negócios internacionais.

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nos balanços das companhias instaladas no Brasil ainda é pequena.

A pesquisa feita pela KPMG¹⁰, uma das maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo, apurou que entre 251 empresas de médio e grande porte apenas 12% delas utilizam as regras internacionais na elaboração de suas demonstrações financeiras. Aponta uma previsão de maior utilização para os próximos anos, já que 24% das empresas que não aplicam acenam para sua adoção em futuro próximo.

Todas as empresas pesquisadas que já aplicam o IAS- International Accounting Standard, normas emitidas pelo IASB - Comitê Internacional de Padrões Contábeis, afirmam que as normas são completas. Destas, 50% as classificam como de fácil aplicação. O restante indica que sua aplicação é difícil, principalmente, em relação às práticas contábeis brasileiras e pela falta de informação sobre o assunto.

Em Franca a pesquisa, já referida, demonstra a não utilização das Normas Internacionais em função da não exigência pela legislação brasileira.

As informações contábeis na economia global

A cooperação crescente entre as Nações do mundo tem levado a um grande esforço para harmonizar globalmente as várias políticas contábeis.

Hendricksen destaca que há uma diferença gritante no que diz respeito à finalidade das contas das demonstrações financeiras de um país para outro¹¹.

Faz parte, por exemplo, de uma tradição anglo-saxônica a noção de que as demonstrações financeiras devem conter informações precisas, pois estas são elaboradas para investidores, credores e outros. Na maioria dos outros países a ênfase maior é para a contabilidade fiscal, onde o lucro não é necessariamente uma medida de capacidade de obtenção de resultados, mas, simplesmente, o mínimo possível de acordo com a legislação fiscal.

⁸ MARION, José Carlos e MULLER, Nicolas Aderbal. Qual o futuro da Contabilidade na Nova Economia. SP. Boletim do IBRACON- julho/2002, p.4.

⁹ROCHA FILHO, Milton F. da. BC quer que grandes empresas fechadas publiquem balanços. <http://WWW.estadao.com.br/ageestado7noticias72001/abr/19/121.htm>.

¹⁰ CANAL EXECUTIVO. Pesquisas. Poucas empresas adotam normas internacionais de contabilidade. <http://www.uol.com.br/canalexecutivo/notas/280720001.htm>

¹¹ HENDRIKSEN, Eldon S.e BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. SP, 4ed., Atlas, 1999.p.159

Com o intuito de demonstrar um resultado mais preciso, a Quarta Diretriz da CEE (Comunidade Econômica Européia) exige que as demonstrações financeiras sejam preparadas de acordo com a condição anglo-saxônica tradicional.

A existência de muitas alternativas permite às empresas informar seu desempenho financeiro da melhor maneira de sua conveniência, usando “pejorativamente” a denominada "contabilidade criativa".

A falta de comparabilidade é um dos argumentos usados para apoiar a existência de padronização das informações. A comparabilidade das informações divulgadas pelas empresas é necessária para facilitar previsões e a tomada de decisões financeiras por credores e investidores, e ainda para evitar falhas do sistema de mercado¹².

A uniformidade é tipicamente o veículo por meio do qual se busca a comparabilidade. Ela simplifica o processo de comparação de empresas diferentes, reduzindo assim os custos de consulta dos usuários e aumenta a credibilidade das demonstrações financeiras.

No sentido de estudar a padronização internacional das Práticas Contábeis, surgiu, em 1973, a Comissão Internacional de Padrões Contábeis (IASC) com sede em Londres - Inglaterra. Este organismo foi criado por representantes de Associações Profissionais da maioria dos países desenvolvidos. Foram 9 os países fundadores: Austrália/Nova Zelândia, Holanda, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Inglaterra, Estados Unidos da América, e atualmente é representada praticamente por toda a comunidade internacional. Em 2001 o IASC foi reestruturado e passou a ser reconhecido pela sigla IASB- Comissão Internacional de Padrões Contábeis.

Quando o IASB - órgão internacional de padrões contábeis, independente, de natureza privada, de interesse público, com o objetivo implementar a transparência e comparabilidade informativa dos relatórios financeiros no mundo - se propôs, há alguns anos atrás, a realizar um trabalho de comparação e buscar uma harmonização com as normas do FASB (órgão regulador das normas norte-americanas), recebeu uma resposta negativa. O FASB entendia que as normas contábeis emitidas pelo IASB eram muito flexíveis e de pouca qualidade em relação às normas vigentes nos EUA.

Após a primeira década de existência do IASB essa alegação já não representava uma verdade¹³.

Atualmente as normas do IASB já foram revisadas e tem um padrão técnico excelente e total aplicabilidade aos requisitos de uma contabilidade confiável e consistente. São reconhecidas e recomendadas pelos principais organismos reguladores e financiadores mundiais, como a IOSCO- International Organization of Securities- que reúne diversas comissões de valores mobiliários do mundo- , o Banco Mundial, o FMI- Fundo Monetário Internacional, e o BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros.

Embora os EUA fazem parte do IASB através do AICPA (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados) o FASB não adotou os padrões internacionais ainda, no entanto, o FASB já está integrado com o IASB e a harmonização entre as normas está em processo.

Depois das crises da Ásia em 1997 e da Rússia, a Federação Internacional de Contadores (IFAC) e o IASB discutiram profundamente os problemas contábeis surgidos a partir dos colapsos macroeconômicos acima referidos. Ficou comprovada a falta de consistência das demonstrações contábeis não apenas das empresas que tinham suas ações cotadas em bolsa nos respectivos países, mas também nas empresas públicas onde as normas de contabilidade eram de uma inconsistência total.

Foi então criado o IFAD - International Forum of Accounting Development, com objetivo de coordenar e apoiar institucionalmente a harmonização e implantação das Normas Internacionais de Contabilidade e de Auditoria nos países membros do IFAC.

¹² Idem, p.159.

¹³ NASI, Antonio Carlos. A globalização das Normas Contábeis e de Auditoria. SP: Boletim do Ibracom-julho/2002, p. 8.

Esse organismo teve papel importante neste processo pois é constituído por 33 organismos internacionais, onde estão presentes entre outros, os seguintes: Banco Mundial, IOSCO, o FMI, o BID, OCDE e diversos organismos regionais da profissão contábil da América, Europa, Ásia e África,

O IFAD estabeleceu algumas metas, todas de forma coordenada com a IFAC e o IASB, de que todas as normas de contabilidade do IASB e FASB deverão ser revisadas e harmonizadas até 2005.

Em paralelo, os países membros da IFAC e IASB se comprometem a elaborar um Plano de Ação para que todas as Normas Internacionais de Contabilidade e de Auditoria sejam harmonizadas e implementadas em cada país até 2005.

Tanto o FMI, o BIRD- Banco Interamericano de Desenvolvimento Regional e o BID, como outros órgãos financiadores, não concederão novos recursos aos países que não tenham adotado as Normas Internacionais de Contabilidade e de Auditoria, e/ou não as tenham harmonizado com as normas nacionais.

As Normas Contábeis Internacionais mais discutidas nos mercados internacionais são:

- IAS 2 - Estoques
- IAS 4 - Depreciação
- IAS 7 - Fluxo de Caixa
- IAS 9 - Gastos de Pesquisas e Desenvolvimento
- IAS 12 - Imposto de Renda
- IAS 16 - Ativo Fixo
- IAS 17 - Arrendamento Mercantil (Leasing)
- IAS 22 – Goodwill – Fundo de Comércio
- IAS 27 - Consolidação de Balanços
- IAS 31 - Investimentos
- IAS 32 - Instrumentos Financeiros
- IAS 36 – Reduções do Ativo
- IAS 38 - Intangíveis

As principais diferenças no tratamento das informações que acarretam leituras diferentes nos resultados

Há muitas dúvidas na classificação contábil de certos fatos econômicos e financeiros e, não é apenas uma questão de forma.

O caso da empresa “Amazon.com.”, citado por Marion¹⁴, na questão do registro contábil dos Gastos com Pesquisas e Desenvolvimento, como Despesa ou como Ativo, mostra diferenças: pelo IAS e pelo FAS este fato deve ser registrado como Despesa, assim, se a empresa “Amazon.com” tivesse registrado este fato pelas Normas Contábeis Brasileiras poderia ter apresentado resultado positivo, mas apurando o registro contábil de acordo com FAS, apresentou sucessivos prejuízos.

Aproveitando esse caso, a título de ilustração, apresentar-se-á, neste trabalho, os registros contábeis desses gastos em conformidade à legislação brasileira e às IAS e seus reflexos na situação patrimonial de uma empresa.

No Brasil, pela Lei 6.404/76 e pela nossa legislação do Imposto de Renda este gasto deve ser registrado no Ativo e amortizado em parcelas por apropriação às despesas operacionais, no período de tempo em que estiverem contribuindo para a formação do resultado da empresa.

Exemplo hipotético para uma empresa que tenha Gastos dessa natureza no valor de R\$ 50.000,00:

Registros Contábeis no Brasil

¹⁴ MARION, José Carlos e MULLER, Nicolas Aderbal. Qual o futuro da Contabilidade na Nova Economia. SP. Boletim do IBRACON- julho/2002, p.4.

D	GASTOS COM PESQUISA		
C	CAIXA	R\$	50,000.00
D	DESPEAS COM PESQUISA		
C	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	R\$	10.000,00
D	RESULTADO DO EXERCÍCIO		
C	DESPEAS COM PESQUISA	R\$	10.000,00
D	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		
C	RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$	10.000,00

Registros Contábeis pela IAS e FAS

D	GASTOS COM PESQUISA		
C	CAIXA	R\$	50,000.00
D	RESULTADO DO EXERCÍCIO		
C	DESPEAS COM PESQUISA	R\$	50.000,00
D	LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS		
C	RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$	50.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL - APURADO CONFORME LEI 6.404/76

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	período/01	período/02	Circulante	período/01	período/02
Caixa	15.000,00	15.000,00	Fornecedores	136.600,00	136.600,00
Bancos	72.000,00	22.000,00	Títulos a Pagar	80.200,00	80.200,00
Mercadorias	125.000,00	125.000,00	Obrigações Fiscais	50.400,00	50.400,00
Cliente	290.000,00	290.000,00			
Permanentemente					
Imobilizado					
Moveis e Utensílios	68.000,00	68.000,00	Patrimônio Líquido		
(-) Depreciação	(6.800,00)	(6.800,00)	Capital Social	300.000,00	300.000,00
Diferido			Capital a Integralizar	(30.000,00)	(30.000,00)
Gastos c/Pesquisa	-	50.000,00	Lucros/Prejuízos Acumulados	26.000,00	16.000,00
(-) Amortização	-	(10.000,00)			
TOTAL	563.200,00	553.200,00	TOTAL	563.200,00	553.200,00

BALANÇO PATRIMONIAL COM OS AJUSTES IAS NOS GASTOS COM PESQUISAS

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	período/01	período/02	Circulante		
Caixa	15.000,00	15.000,00	Fornecedores	136.600,00	136.600,00
Bancos	72.000,00	22.000,00	Títulos a Pagar	80.200,00	80.200,00
Mercadorias	125.000,00	125.000,00	Obrigações Fiscais	50.400,00	50.400,00
Cliente	290.000,00	290.000,00			
Permanentemente					
Imobilizado					
Moveis e utensílios	68.000,00	68.000,00	Patrimônio Líquido		
(-) depreciação	(6.800,00)	(6.800,00)	Capital Social	300.000,00	300.000,00
Diferido			Capital a Integralizar	(30.000,00)	(30.000,00)
Gastos c/Pesquisas	-	-	Lucros/prejuízos Acumulados	26.000,00	(24.000,00)
(-) amortização	-	-			
TOTAL	563.200,00	513.200,00	TOTAL	563.200,00	513.200,00

RESUMO DO REFLEXO DAS DIFERENTES PRÁTICAS CONTÁBEIS - IAS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Gasto com Pesquisa no valor de	50.000,00	
.	Lucros ou Prejuízos Acumulados no 2º Período	PATRIMÔNIO
IAS	Prejuízo de 24.000,00	513.200,00
Brasil	Lucro de 16.000,00	553.200,00

Como ficou demonstrado, pelo exemplo, o registro, pela legislação brasileira, acarreta um valor menor de despesa e, portanto, maior lucro e, ainda, um aumento no Patrimônio em função da ativação do Gasto no Diferido. Pelas Normas Internacionais o mesmo fato é considerado despesa total o que leva a um prejuízo e diminuição do Patrimônio.

O Brasil e outros países inseridos na economia de mercado global deverão rever suas práticas administrativas, especialmente, essa da infra-estrutura contábil que leva à transparência e à comparabilidade e melhora as condições de competitividade global.

A Espanha, por exemplo, em sua justificativa para promulgação da Lei 19/1988, de 12 de julho, que trata da Auditoria das Contas destaca o fato das empresas se situarem na economia de mercado e a necessidade de transparência da situação econômica, patrimonial e financeira da empresa imposta em função de sua participação na Comunidade Econômica Européia.

“La exigencia de dotar de la máxima transparencia a la información económico-contable de la empresa, cualquiera que sea el ámbito en que realice su actividad, ha determinado que existan a lo largo del tiempo diversas técnicas de

revisión mediante las que se pueden obtener una opinión cualificada sobre el grado de fidelidad con que la documentación económico-contable representa la situación económica, patrimonial y financiera de la empresa.

Esta transparencia en la información económico-contable de la empresa es un elemento consustancial al sistema de economía de mercado, recogida en el artículo 38 de la Constitución.

Por otra parte, la reciente integración de España en las Comunidades Europeas aconseja, también, potenciar al máximo dicha transparencia informativa, para lo cual, la presente Ley, a la vez que vendrá a cubrir un relativo vacío legal existente en nuestro Ordenamiento Jurídico, permitirá un mejor funcionamiento de la empresa española, dado que éste depende, muy principalmente, de un preciso y riguroso conocimiento de su situación económica, patrimonial y financiera; y, al mismo tiempo, permitirá equipararla a las empresas de la CEE, revirtiendo todo ello en un mejor funcionamiento de la economía de mercado¹⁵”.

Além disso a Espanha em 1990 aprovou um novo Plano Geral de Contabilidade, substituindo o de 1973, para atender as Diretivas da Comunidade Econômica Européia. O que se pretendeu foi a possibilidade de comparação dos dados oferecidos pelas empresas.

“...a información contable de cada país rompe fronteras y salva obstáculos que hoy no tienen razón de ser, contribuyendo de modo importante al desarrollo económico de los pueblos, a la expansión del mundo de los negocios y al desenvolvimiento de las relaciones económicas internacionales.

En armonía con este enfoque moderno, la contabilidad se sitúa muy especialmente en el área de la información económica, de máxima utilidad para el órgano de decisión de la empresa y para atender las demandas de los diversos agentes económicos, hoy legitimadas por el Derecho de muchos países”.¹⁶

¹⁵ CENTRO DE ESTUDIOS FINANCEIROS. Plan General de Contabilidad. Incluye Normativas Mercantiles y Resoluciones del ICAC. Madrid/Barcelona.1996, p. 245.

¹⁶ Idem, p. 17.

No Brasil não será diferente, a legislação deverá oferecer o suporte para as negociações internacionais.

Nas cidades que mantêm ou pretendem manter relações comerciais com outros países, inevitavelmente, os empresários, a comunidade acadêmica, os contadores e os administradores precisam discutir as condições administrativas atuais.

Referências Bibliográficas

CANAL EXECUTIVO. Pesquisas. Poucas empresas adotam normas internacionais de contabilidade. <http://www.uol.com.br/canalexecutivo/notas/280720001.htm>

CENTRO DE ESTUDIOS FINANCIEROS. Plan General de Contabilidad. Incluye Normativas Mercantiles y Resoluciones del ICAC. Madrid / Barcelona. 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S.e BREDA, Michael F. Van. Teoria da Contabilidade. SP, 4ed., Atlas, 1999.

[HTTP://www.iasc.org.uk/cmt/0001.asp](http://www.iasc.org.uk/cmt/0001.asp)

KAPLAN, Robert S. e NORTON, David P. A estratégia em ação. Balanced Scorecard. RJ. Campus, 1997.

MARION, José Carlos e MULLER, Nicolas Aderbal. Qual o futuro da Contabilidade na Nova Economia. SP. Boletim do IBRACON- julho/2002.

PORTER, Michael E. Competição – on competition:estratégias competitivas essenciais. RJ. Campus.1999.

ROCHA FILHO, Milton F. da. BC quer que grandes empresas fechadas publiquem balanços. <http://WWW.estadao.com.br/agestado/noticias/2001/abr/19/121.htm>.

NASI, Antonio Carlos. A globalização das Normas Contábeis e de Auditoria. SP: Boletim do Ibracom-julho/2002..

Anexo I

Siglas Utilizadas

AICPA-Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados nos Estados Unidos da América

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD -Banco Interamericano de Desenvolvimento Regional

CEE - Comunidade Econômica Européia

EC - Comissão Européia

FASB - Junta de Normalização de Contabilidade Financeira dos EUA.

FEE - Federação Européia de Contadores

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAS - Normas de Contabilidade Internacional

IASB - Comissão Internacional de Padrões Contábeis

IFAC - Federação Internacional de Contadores

IFAD - Fórum Internacional de Desenvolvimento Contábil

IOSCO - Organização Internacional das Comissões de Valores

OCDE - Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

SEC - Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio

USGAAP - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América

Anexo II

Histórico dos principais acontecimentos para uniformização das Normas Internacionais de Contabilidade

1989 - O presidente do FEE, Hermann Nordemann concorda que os melhores interesses da Europa são alcançados pela harmonização internacional e maior envolvimento com o IASC

1991 - Acontece a primeira conferencia dos países vinculados organizado em conjunto com FEE e FASB.FASB planeja dar suporte às Normas Internacionais

1993 - IOSCO apóia a IAS 7, que trata sobre a obrigatoriedade da Demonstração do Fluxo de Caixa ser parte integrante das demonstrações financeiras.

1994 - SEC aceita mais três IAS e apóia a IAS 7

FASB aceita trabalhar com IASC no tocante Lucro por ação.

1995 - As primeiras Companhias Alemãs emitem relatórios financeiros com base nas Normas Internacionais.

Comissão Européia apóia acordo do IASC/IOSCO no uso da IAS pelas multinacionais da União Européia.

1996 -União Européia (U.E.) acha IASs compatível com U.E. diretivas com pequenas exceções.

Congresso dos Estados Unidos conclama IAS como sendo um conjunto de alta qualidade de Normas Contábeis Internacional Geralmente Aceitas.

Bolsa de Valores da Austrália apóia programa para harmonizar as Normas Australianas com IASs..

1997 - FEE convoca Europa para usar as estruturas dos relatórios financeiros sugeridos pelo IASC

1998 - Novas Leis na Bélgica, França, Alemanha e Itália permitem que as grandes companhias usem IASs mesmo internamente.

Primeira tradução oficial dos IASs para a língua alemã.

O numero de países membros de IASC passa de 100.

1999 - Os Ministros de Finanças do G7 fala em apoio para IAS para fortalecer "a arquitetura financeira internacional".

FEE argumenta sobre a permissão das Companhias Européias para usar IASs sem EC diretivas e sair aos pouco dos USGAAP

2000 - SEC comenta sobre o uso das Normas de Contabilidade Internacional nos EUA.Comissão Européia anuncia planos para requerer o uso das IAS para todas as companhias da União Européia listadas pela Comissão Européia ate no máximo 2005.Comissão do IASC anuncia que receberam mais de 200 requerimentos para fazer parte da Comissão.

2001 - Comissão Européia apresenta legislação que requer o uso das IAS para todas as companhias que forem à Comissão Européia até no máximo 2005.

Os procuradores do IASC oferecem nova estrutura para a comissão - e IASB assume responsabilidade para emitir as normas contábeis, designadas como Normas Internacionais para Demonstrações Financeiras.